

Espaços da Agricultura Familiar nos

Assentamentos Rurais: algumas reflexões*

*Cesar de David***

*Walquíria Krüger Corrêa****

RESUMO

Com base na reflexão sobre o campesinato, discute-se, neste artigo, a diversidade da agricultura familiar brasileira, procurando-se investigar os espaços por ela assumidos nos assentamentos rurais. Em que pese a diversidade de experiências, os assentamentos rurais constituem espaços onde

a agricultura familiar encontra formas diferenciadas de reprodução, razão pela qual enfrentam problemas comuns, o que exige políticas agrícolas e agrárias pertinentes.

PALAVRAS-CHAVE

Agricultura familiar; assentamentos rurais; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem havido um intenso debate a respeito do papel desempenhado pela agricultura familiar na economia brasileira. Os assentamentos rurais também se tornaram foco de discussão, colocando-se em relevo a possibilidade de reconversão socioeconômica dos trabalhadores rurais sem terra em pequenos agricultores.

A agricultura familiar abrange um conjunto de práticas agrícolas diferenciadas, tanto no que se refere à mão-de-obra ocupada, como nos diversos sistemas produtivos desenvolvidos. Essa diversidade encontrada na produção familiar está presente também no plano econômico, social e cultural. Todavia, o elo de ligação entre os diversos produtores familiares reside na produção com base na mão-de-obra familiar.

Partindo do pressuposto de que existem muitas formas de agricultura familiar, torna-se necessário, em um primeiro momento, definir teoricamente o segmento para responder as seguintes questões: o assentado é agricultor familiar? De que modo ele se reproduz como agricultor

familiar nos assentamentos rurais? Quais as características e as perspectivas da agricultura familiar nesses locais? Com a intenção de responder a estes questionamentos, sem, no entanto, esgotá-los, procurou-se resgatar as abordagens teóricas a respeito da agricultura camponesa. Este artigo analisa o espaço da agricultura familiar nos assentamentos rurais.

CAMPESINATO: O “MODELO ORIGINAL”

Estudioso da agricultura camponesa russa, Alexander Chayanov elaborou, no início do século XX, uma proposta teórica explicativa sobre o funcionamento interno das unidades de produção camponesas. A originalidade da unidade de produção familiar reside no fato de que o proprietário dos meios de produção é também o responsável pelo trabalho. Ou seja, quem trabalha e põe em funcionamento o processo de produção é o agricultor e sua família, detentores da propriedade (Chayanov, 1974).

O autor caracteriza o modelo camponês com base nos seguintes princípios: a) há inter-rela-

ção entre a organização da produção e as necessidades de consumo, definidas internamente na composição da família; b) o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o seu custo objetivo não é quantificável; c) a produção tem como meta produzir valores de uso e não de troca.

Tais características do modelo agrícola camponês enfatizam três aspectos: primeiro – a família ou o grupo doméstico, cuja manutenção é o objetivo final da produção; segundo – o processo de trabalho, que, mesmo ocorrendo contratação eventual de assalariados, guarda um caráter eminentemente familiar; e, por fim, a terra, em sua forma privada ou de posse, fundamental para a reprodução familiar camponesa.

Ao comentar sobre a sociedade camponesa, Mendras (1978) aponta alguns traços que a definem:

1. a autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades;
2. a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
3. um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
4. uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
5. a função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Ainda conforme o autor, é o fato de pertencer a uma sociedade que identifica o camponês, pois ele se define coletivamente, pelo contexto em que vive e trabalha. O camponês não se afirma individualmente; pelo contrário: ele só existe enquanto membro de uma coletividade.

Para Mendras, a economia camponesa fundamenta-se no princípio de que seus membros trabalham a terra para nutrir-se. Mas afirma que

o camponês também produz para um mercado envolvente, embora essa exigência seja apenas um acessório para a compreensão da lógica do cálculo econômico do camponês.

A família camponesa vive de uma terra que lhe é própria, o que não significa que tenha a propriedade jurídica, no sentido do Direito Romano, podendo dispor do direito de explorá-la, seja por meio de redistribuição, seja por concessão do proprietário fundiário.

Do ponto de vista do camponês, a terra não tem significado de capital, já que ela não engendra lucro. A terra é um patrimônio da família ou da coletividade e, se pertence a outro, a renda que remunera o proprietário é vista como parte de um tributo e não como a remuneração de um capital.

Já o trabalho não é remunerado como tal, pois o grupo doméstico pode ser comparado a uma comunidade, para a qual cada membro contribui com sua força e da qual cada um espera sua subsistência, sem que haja contabilização nem mesmo correspondência de uns com relação a outros. Nesta perspectiva, a família camponesa é uma unidade indissociável, com braços que trabalham e bocas que devem ser alimentadas.

Wanderley também comentou assim o modo de vida da sociedade camponesa tradicional:

O personagem principal desse mundo rural é o camponês, cuja atividade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída. Outros personagens, como os artesãos e toda a gama de "mediadores", convivem com os camponeses, assegurando, através de certa divisão social do trabalho, a reprodução da autonomia relativa da coletividade local. Uns e outros têm como referência identitária a própria comunidade rural. Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural, e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categori-

as sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural. (2000, p. 91)

Mas a sociedade rural não é estática, ela sofre os efeitos das transformações urbano-industriais. A produção agrícola se moderniza e aprofunda-se o seu caráter mercantil, surgindo um novo agente social. Ao comentar sobre as conseqüências desse processo, Wanderley (2000) salienta que as sociedades rurais perderam a autonomia relativa que detinham e se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade “englobante”. Assim, as transformações de ordem econômica afetaram profundamente o modo de produzir do campesinato tradicional expresso sob diversas formas: a modernização do processo de produção agrícola e a integração de tal setor aos mecanismos dos mercados, em diferentes escalas.

Essas transformações afetaram tanto a estrutura de produção quanto a própria vida social local. A partir de então, as sociedades camponesas cedem espaços aos agricultores *puros*, transformados em protagonistas do meio rural.

DE CAMPONÊS A AGRICULTOR: A PERMANÊNCIA DA FAMÍLIA —

Com a abertura do mundo rural ao modo de vida moderno, o camponês transformou-se em produtor de mercadorias. Entretanto, nem todas as características originais do segmento foram alteradas; parte delas permaneceu no novo produtor agrícola, ou seja, a exploração continua a ser familiar, mas os fatores que regem o seu funcionamento apresentam conteúdos novos.

Dada a diversidade de situações e contextos socioeconômicos e políticos em que se desenvolve, a exploração familiar continua sendo uma noção ampla que permite muitas interpretações. Lamarche tenta assim aproximar as diferentes concepções:

A exploração familiar (...) corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (1993, p. 15)

Esta definição destaca a inter-relação dos fatores terra, trabalho e família, elementos também presentes na concepção de Carneiro (1999).

Ao comentar sobre a heterogeneidade da formação social baseada na exploração familiar, Lamarche (1993) sustenta que a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que têm em comum a associação entre família e produção. Tais grupos se diferenciam uns dos outros pela sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Ao contrário do que afirmava Chayanov com relação aos camponeses, Lamarche considera que as explorações agrícolas familiares não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. Desse modo, a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém, ela mesma, toda a diversidade.

Analisando as lógicas familiares e os múltiplos graus de dependência externa, Lamarche (1998) definiu diferentes modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos familiares, que serão resumidamente apresentados a seguir.

O modelo empresa caracteriza-se por relações de produção pouco ou nada familiares e fortemente dependentes¹. Neste modelo, embora a terra permaneça como propriedade familiar, o arrendamento freqüentemente ocupa espaço considerável. Além disto, ela é considerada um bem como outro qualquer, podendo ser comprada ou vendida em função da necessidade; assim, esvazia-se a noção de apego e pertencimento à terra. Convém salientar que, nesse modelo, o trabalho

familiar fica restrito ao responsável pelo estabelecimento, complementado com o uso de força de trabalho assalariada. O produtor depende muito do mercado e da tecnologia.

O modelo empresa familiar mantém as características empresariais do modelo anterior, sobretudo quanto à dependência externa, mas difere pela importância da família, mormente no que diz respeito à organização do trabalho estruturado em torno da mão-de-obra familiar. Além disso, é da família que deriva a noção de patrimônio e de futuro da unidade de produção.

O modelo agricultura camponesa e de subsistência caracteriza-se pela predominância das lógicas familiares e pela fraca dependência externa. Em geral as explorações seguem métodos tradicionais, produzem pouco e estão voltadas para satisfazer as necessidades familiares.

O modelo agricultura familiar moderna reafirma a participação da família, sobretudo quanto a patrimônio e reprodução social, mas ressalta a diminuição de seu papel nas relações de produção. Neste modelo, a família busca superar a dependência externa, principalmente no que diz respeito à tecnologia.

Comentando a classificação tipológica da agricultura familiar proposta por Lamarche, Carmo destaca:

A maior parte das explorações familiares se situa entre esses extremos, em diferentes graus de autonomia em relação ao mercado e em diferentes níveis de atuação, trazendo uma grande diversidade na composição desse segmento. A coexistência de unidades produtivas, com diferentes dinâmicas internas, inibe uma explicação geral para o funcionamento da produção familiar. É preciso, pois, categorizar essas unidades através de critérios preestabelecidos. Entre os principais critérios socioeconômicos de funcionamento estão os sistemas de produção que podem ser enfocados principalmen-

te em relação à variável tecnológica, como a necessidade de modernização, os sistemas fundiários que propiciam o acesso à terra e os sistemas de organização sociofamiliar que se configuram na contradição subordinação versus autonomia. (1998, p. 230)

Ao analisar a situação do produtor familiar na atualidade, ora visto como subordinado completamente ao capital, alijado de qualquer autonomia, ora visto como expressão do pequeno capital, Wanderley defende a seguinte posição:

A questão do caráter familiar da unidade de produção continua a se colocar na atualidade, na medida em que continuam a existir nas sociedades modernas unidades de produção cuja força de trabalho fundamental é fornecida pela família proprietária. E isso mesmo quando a produção familiar se moderniza e se integra ao processo global de acumulação do capital na sociedade. Em segundo lugar, o reconhecimento de um processo mais amplo e determinante de subordinação da produção agrícola ao "movimento do capital" não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno da unidade de produção familiar, cujo eixo é dado pelo seu caráter familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha. (...) é possível afirmar que ao longo desse período em que a agricultura sofreu um profundo processo de transformação, a produção familiar permaneceu como um setor importante da agricultura, inclusive em países de capitalismo avançado. (1998, p. 42)

Desta análise resulta que, assentada em outras bases, a agricultura familiar moderna permanece sob o capitalismo, assumindo uma com-

plexidade e uma dinâmica ímpar na contemporaneidade, mas mantendo em sua essência a unidade familiar como responsável pela organização da produção.

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

No Brasil, assim como em outros países, a ausência de critérios específicos e universais para identificar e classificar os agricultores familiares, inclusive entre agências oficiais de coleta e análise de dados, torna difícil elaborar um panorama geral do segmento, em função da diversidade de lógicas produtivas no espaço agrário nacional.

Diferentes classificações foram realizadas, levando em conta distintos critérios que, por sua vez, refletem diferentes posturas políticas e concepções ideológicas. Além disso, as análises do comportamento da agricultura familiar são dificultadas em função dos seguintes fatores: a deficiência na coleta, metodologia, classificação e apresentação dos dados censitários disponíveis; as diferentes concepções, abordagens e interpretações sobre o conceito de agricultura familiar

existente entre instituições, associações, pesquisadores e técnicos; a indefinição de critérios e variáveis julgados significativos para a construção de tipologias, classificações e interpretações; e a diversidade de características da agricultura brasileira, no que se refere a meio ambiente, disponibilidade e aptidão das terras, nível tecnológico e acesso à infra-estrutura, sistemas de produção e grau de integração ao mercado.

O Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (2000) caracterizou como familiares os estabelecimentos rurais cuja direção dos trabalhos era exercida pelo produtor e onde o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Além disso, definiu-se uma área máxima regional usando como base os módulos fiscais municipais, segundo tabela do INCRA.

O referido projeto aponta a existência de 4.139.369 estabelecimentos familiares no Brasil, que foram classificados em quatro categorias: a) agricultores capitalizados, b) agricultores em processo de capitalização, c) agricultores em descapitalização e d) agricultores descapitalizados. As participações de cada tipo no conjunto da agricultura familiares estão apresentadas no quadro 1.

QUADRO 1: BRASIL - AGRICULTORES FAMILIARES - ESTABELECIMENTOS, ÁREA, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO TOTAL (FT) DOS TIPOS.

FAMILIAR TIPOS	Estab. Total	% Estab. s/ Total	Área Total (ha)	% Área s/ Total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ Total	FT (mil R\$)	% FT s/ Total
A	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2	433.295	11,7
B	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1	228.965	6,2
C	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6	68.911	1,9
D	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1	206.656	5,6
TOTAL	4.139.369	85,1	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (2000).

Além da representatividade, esses dados refletem a grande heterogeneidade da agricultura familiar brasileira. Nota-se que os agricultores mais capitalizados, apesar de constituírem o menor número de estabelecimentos são os que apresentam os maiores valores de produção e os

que recebem o maior montante de financiamento. Já os estabelecimentos do tipo D, constituídos pelos agricultores mais pobres, perfazem quase a metade dos estabelecimentos familiares (46,28%), mas apresentam baixos valores produzidos. Os agricultores dos tipos C e D repre-

sentam, em sua maioria, a pobreza do meio rural brasileiro; sobre a questão, o Projeto FAO/INCRA (2000) registrou: “são muitos, dispõem de pouca terra, normalmente de péssima qualidade, não possuem capital e não têm acesso ao crédito rural e à assistência técnica”.

Outro fato marcante que se depreende da análise da tabela é que, apesar de representar 85% dos estabelecimentos rurais do país, a agricultura familiar recebe apenas um quarto do financiamento total da agricultura e, mesmo ocupando pequena parte da área total dos estabelecimentos agrícolas, é responsável por mais de um terço do valor bruto da produção agropecuária brasileira.

Ao comparar a agricultura familiar ao segmento patronal no Brasil, o Projeto de Cooperação FAO/INCRA (1994) chegou às seguintes conclusões:

- a) as lavouras são três vezes mais importantes no segmento familiar, e nas lavouras permanentes essa relação chega a cinco vezes;
- a) a criação de pequenos animais é maior no segmento familiar; embora a pecuária bovina também apresente certo peso;
- b) a modernização tecnológica do segmento patronal é superior, mas não chega a ser significativa no uso de defensivos vegetais, fertilizantes, corretivos, conservação de solo e irrigação;
- c) o segmento familiar supera o patronal na oferta de produtos como: carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja;
- d) os rendimentos da agricultura familiar são superiores ou idênticos aos da patronal em mais da metade das atividades.

Guanziroli et al. (2001) destacam outros aspectos da agricultura familiar brasileira que demonstram o seu peso no setor agrário nacional. Os autores constataram que, do conjunto de agricultores familiares, 75% são proprietários da terra, enquanto os demais 25% são arrendatá-

os, parceiros e ocupantes. Entretanto, grande parte dos proprietários possui lotes com menos de cinco hectares e 87% dos estabelecimentos familiares têm menos de 50 hectares. Os estabelecimentos com área maior do que 100 hectares representam apenas 5,9% dos estabelecimentos familiares, mas ocupam 44,7% de toda a área da agricultura familiar.

Os autores destacam ainda que os estabelecimentos familiares são geradores de muitos empregos no campo, pois dos 17,3 milhões de pessoas ocupadas no setor agropecuário, mais de 13 milhões estão empregadas na agricultura familiar. As explorações familiares ocupam intensivamente a mão-de-obra de seus membros; apenas 4% da força de trabalho é contratada; o restante é da própria família. Guanziroli et al. afirmam:

A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural. Entretanto, uma parte das pessoas ocupadas na agricultura familiar não consegue obter uma renda mínima unicamente por meio de seus estabelecimentos. Para sobreviverem, muitos agricultores familiares dependem de rendas externas ao estabelecimento agrícola, como aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos (familiares ou patronais) ou atuando em atividades não-agrícolas. (2001, p. 91)

Apesar da sua importância socioeconômica, a agricultura familiar não tem sido objeto de políticas públicas efetivas no Brasil. O produtor familiar encontra-se subordinado às determinações do mercado que o fragilizam e, não raro, expulsam-no da terra.

Em tal contexto, muitos agricultores sem terra encontram nos movimentos sociais uma forma de organização capaz de possibilitar seu retorno ao campo, por meio da luta coletiva pela terra, pelo trabalho e pela produção autônoma da vida. Este objetivo pode, em parte, ser alcançado com a formação dos assentamentos rurais.

AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Em geral, os assentamentos rurais originam-se a partir de longo processo de luta pela terra, envolvendo grupos de homens e mulheres organizados com o objetivo de conquistar o direito de produzir sua vida.

Dois fatores são imprescindíveis para que os assentados possam alcançar seus objetivos: a qualidade do solo e o tamanho do lote. Muitas vezes, o reduzido tamanho do lote não é a razão principal dos problemas enfrentados no assentamento. Sua distribuição desigual e sua heterogeneidade é que são causadoras de conflitos e disputas internas.

Analisando a situação de vários assentamentos rurais quanto à fertilidade do solo no estado de São Paulo, Bergamasco e Carmo (1991, p. 61) afirmam que “a produtividade dessas explorações está basicamente ligada à fertilidade do solo que, de modo geral, foi caracterizada de regular a ruim, ou seja, é composto de terras pobres, ácidas e desgastadas pelo uso inadequado”.

Bruno e Medeiros (s/d) mencionam entre as causas das evasões em assentamentos rurais as precárias condições de infra-estrutura, falta ou precariedade de estradas, carência de recursos hídricos, falta de incentivo à produção e à comercialização, ausência de assistência técnica, diferenciação social dos assentados e dificuldades de adaptação, entre outras².

Além destes fatores, outro debate recorrente a respeito do sucesso ou insucesso dos assentamentos rurais refere-se ao trabalho. Existem inúmeras formas de organização do trabalho, destacando-se, em linhas gerais: as explorações individuais, as explorações coletivas e as formas mistas. É possível elencar entre os estudiosos do tema, críticas e posições favoráveis a cada uma. Entretanto, a mais freqüente é a defesa das formas coletivas ou associativistas.

O MST incentiva as famílias assentadas a adotar formas coletivas de produção agrícola para

superar os problemas econômicos comuns. Nesse sentido, propõe:

iniciar com a discussão sobre as cercas internas dos lotes, eliminando-as, unificando a pastagem. Podemos evoluir para discussão conjunta de aquisição de máquinas e implementos agrícolas de forma associativa. Até mesmo chegar ao grau de investimentos conjuntos na produção, como por exemplo, a aquisição de equipamentos de irrigação para lavouras (café, frutas etc.), definição de uma área comum para serem instalados os equipamentos, tendo o plantio e os tratos culturais efetivados por família, cada qual cuidando de sua “rua” ou “linha”. Quem sabe chegar ao coletivo pleno em um ramo de atividade, caminhando ao longo do tempo para a coletivização total das atividades econômicas no núcleo. (MST, 2001, p. 88)

A cooperação pode ampliar as possibilidades de produção e comercialização dos bens produzidos nos assentamentos, tanto agrícolas como de pequenas agroindústrias caseiras. Mas ao invés de produzir uma sociedade igualitária como propõe o movimento, essa forma de promoção da cooperação pode reafirmar o caráter capitalista na agricultura. A esse respeito Grade pondera:

O vir-a-ser nos assentamentos, dado pelo MST, através da cooperação, como uma nova forma de produção da vida humana, que deveria engendrar novos homens, reproduz a lógica do capital. Os homens valorizam o que produzem para obter melhores rendimentos, mais eficiência, menores custos etc. O aprendizado adquirido nos acampamentos se dilui e as relações produzidas entre os homens se manifestam na forma capital. O processo cooperativo e a vida em cooperativas norteiam a vida dos homens e não o seu contrário. A possibilidade de outra forma de produção

da existência humana, construída nos acampamentos, vem a ser destruída nos assentamentos, pelo uso capitalista da cooperação, pela tentativa de recriar o ser mercantil, no estabelecimento de mercados alternativos e na criação de empresas capitalistas. (1999, p. 292-293)

Em que pese à controvérsia, é significativo o número de pesquisas sobre a viabilidade socioeconômica de assentamentos rurais que resultam na defesa, se não de formas totalmente coletivas, ao menos de formas combinadas de associações e cooperativas³. Numa posição mediadora, Kleba assim se manifesta:

reduzir a questão ao dualismo coletivismo versus individualismo pressupõe ignorar a vasta gama de combinações já experimentadas, ou ainda positivas, entre busca de equidade e margens de escolhas individuais. Uma definição relativizada das formas ideais de CA⁴ legítima, necessariamente, um leque pluralista de opções. Assim, as CPAs⁵, que já vêm apresentando um bom desempenho em termos econômicos e organizativos, e desde que capazes de mediar seus focos de tensão, poderão evoluir com sucesso. Da mesma forma, o poderão as formas mistas de cooperação – como as cooperativas de serviços, que parecem mais permeáveis à maior parte dos assentados, pelo fato de combinarem ideais de autonomia – correspondentes a suas trajetórias e valores – a interesses definidos coletivamente. (1994, p. 137)

A mão-de-obra familiar é a base para desenvolver as atividades produtivas nos assentamentos rurais, tanto nos lotes individuais quanto nas áreas coletivas, agrícolas ou agroindustriais. As famílias participam ativamente da produção, mas sua atuação varia em função do nível tecnológico alcançado e dos sistemas produtivos desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração da terra, os estabelecimentos improdutivos, os conflitos e a violência são problemas estruturais no campo. Tais fatores expressam que a questão agrária no Brasil ainda não foi resolvida, apesar da pressão de diferentes grupos sociais.

Muito embora os assentamentos rurais ainda sejam em número reduzido, as experiências bem sucedidas têm contribuído para ampliar a discussão sobre o destino dos trabalhadores rurais sem terra, que ainda lutam pelo direito de produzir suas vidas. Somam-se a isso, as possibilidades que se abrem para o desenvolvimento rural. Além disso, apesar das dificuldades, os assentamentos têm se constituído em um meio de reconversão social para muitos agricultores familiares.

Por fim, cumpre assinalar que a diferença entre assentados e outros produtores familiares reside apenas na forma como se processou o acesso à terra. Os primeiros, em sua trajetória de vida, podem ter sido alvo de exclusão, trabalho assalariado, posse e ocupações, entre outras. Os demais compraram ou receberam a terra como herança.

Em que pese a diversidade de formas de organização, os assentamentos rurais reproduzem os mesmos sistemas de produção existentes na agricultura familiar não-assentada, conjugando explorações tradicionais para a subsistência familiar e explorações modernas para suprimento do mercado. Neste sentido, enfrentam os mesmos problemas de subordinação, o que só poderá ser superado se ocorrerem mudanças nas políticas públicas agrícola e agrária.

NOTAS

* Artigo aceito para publicação em junho de 2002.

** Professor do Departamento de Geociências/UFSM – Doutorando do PPGG/UFSC. E-mail: cdedavid@bol.com.br.

*** Professora do Departamento de Geociências da UFSC.

- 1 Lamarche (1998) considera três parâmetros fundamentais para avaliar o grau de autonomia/dependência da organização da produção agrícola: a dependência tecnológica, a dependência financeira e a dependência do mercado.
- 2 Para aprofundar a análise sobre as razões que explicam o sucesso ou o insucesso dos assentamentos rurais, consultar Bittencourt et al. (1999).
- 3 Ver a esse respeito: Esterci et al. (1992); Cardoso (1994); Bavaresco (1999).
- 4 Cooperação Agrícola.
- 5 Cooperativas de Produção Agropecuárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAVARESCO, P. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 255-315.

BERGAMASCO, S. M. P.; CARMO, M. S. do. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. *Reforma Agrária*. v. 1, n. 21, p. 60-68, jan./abr. 1991.

BITTENCOURT, G. Al. et al. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. *Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO*. Brasília: INCRA, 1999. 62p.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L. Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais. *Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO*. Brasília: INCRA, s/d. 51p.

CARDOSO, Eulália Enise. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. *Reforma Agrária*. v. 3, n. 24, p. 140-153, set./dez. 1994.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 215-238.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 339p.

ESTERCI, N. et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. *Reforma Agrária* 3 (22). p. 4-15, 1992.

GRADE, M. *MST: Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista*. 317p. Dissertação (Mestrado em Economia) – CSE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284p.

KLEBA, J. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. *Reforma Agrária*. v. 3, n. 24, p. 132-139, set./dez., 1994.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. 336p.

_____. (Coord.). *A agricultura familiar II: do mito à realidade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998. 348p.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 236p.

MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2001. 247p.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/ INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: FAO/INCRA, 1994. 24p.

_____. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 71p.

WANDERLEY, M. de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 28-49.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, outubro 2000.

ABSTRACT

Based on the reflection about campestral activities, this article discusses brazilian familiar agriculture diversity trying to investigate its role on rural settlements. In spite of that diversity, rural settlements consist on a scope where familiar agriculture finds

different kinds of reproduction - reason why the settled farmers face similar problems, which demand the right agriculture policies.

KEYWORDS

Familiar agriculture; rural settlements; public policies.